

Educação e comunicação: diálogo ou duelo? - Rosalia Duarte

Do portal da Rede Brasil (<http://www.redebrasil.tv.br/educacao/default.htm>)

Rosalia Duarte

Se pensarmos que a educação é um ato comunicativo e que a comunicação é, acima de tudo, um ato educativo, parece difícil compreender as razões para tantas divergências e desentendimentos entre essas duas áreas de conhecimento. Como arte ou como prática, muito mais complementares do que dicotômicas, educação e comunicação sabem que têm muito a ganhar atuando juntas. Por que, então, parece tão difícil articular seus saberes em uma prática comum? Por que os profissionais dessas áreas têm tanta dificuldade em estabelecer parcerias? Por que as relações entre eles se constituem muito mais pela via do duelo do que pela do diálogo? Por que insistem em enrijecer as fronteiras, cada vez mais tênues, que separem esses dois campos?

Não tenho respostas para essas perguntas, mas tenho algumas idéias. Penso que nossa identidade profissional, assim como todas as outras formas de identidade, se configura na alteridade, ou seja, no contraponto com o outro: definimos o que somos no confronto com o que não somos. Por essa via, vão sendo delimitados saberes, competências, requisitos e atividades específicos de cada área, num tipo de especialização que a distingue, cada vez mais claramente, das outras.

Entretanto, ao que parece, essa necessária delimitação de espaços de atuação específicos a cada setor profissional tende a enrijecer fronteiras disciplinares e a fazer reserva de mercado, ou seja, busca-se garantias de que os que não têm a chancela oficial do saber-fazer de determinado setor sejam formalmente impedidos de realizar atividades que são próprias dele. Nesse sentido, passamos a acreditar que podemos fazer, profissionalmente, somente o que nos foi outorgado fazer; que somos, profissionalmente, o que outros não são e que para mantermos nossa identidade no mercado de trabalho temos que ser detentores exclusivos de um determinado saber.

Aí residem, possivelmente, algumas das razões para os constantes duelos entre profissionais de educação e de comunicação, sobretudo quando se trata de produção de programas de tevê ou de realização de artefatos audiovisuais: a crença ingênua, de parte a parte, no monopólio de um determinado saber. E, como em campos de batalha não se somam forças, dividem-se esforços, essas tarefas acabam sendo realizadas de forma penosa e desgastante para ambos os lados.

Assisti a uma palestra de um realizador que relatava as enormes dificuldades enfrentadas por ele no relacionamento com os pedagogos responsáveis pelo conteúdo de um produto audiovisual, de caráter educativo, que ele foi contratado para produzir e dirigir. Segundo esse diretor, era difícil convencer a equipe em questão de que a linguagem audiovisual tem sua gramática e seu tempo próprios e de que o caráter educativo de um produto não implica uma completa e enfadonha didatização da informação.

Parece que nesse aspecto as estratégias de convencimento freqüentemente falham, pois, para desgosto dos realizadores, boa parte dos produtos dessa natureza traz as marcas do didatismo ineficaz que faz a linguagem audiovisual parecer uma simples embalagem de presente, isto é, um enfeite bonito e atraente para aquilo que realmente importa: o conteúdo sério.

Por outro lado, conheço profissionais de educação que atuam em televisão e que na criação e produção de programas ou artefatos audiovisuais quaisquer são obrigados a se digladiar com os realizadores para convencê-los de que para ser agradável, atraente e atingir o grande público não é necessário que um produto seja superficial, vazio de conteúdo, com protagonistas ou apresentadores de vocabulário restrito. Para falar ao grande público não é obrigatório seguir, por exemplo, o formato "videoclipe" ou, ainda, recorrer ao grotesco, ao apelativo ou mesmo reproduzir o padrão do que "deu certo". É difícil convencê-los, também, de que linguagem e tempo de televisão não são necessariamente opostos à

sensibilidade, à reflexão e à produção/veiculação de conhecimentos.

Talvez uma parte desse problema pudesse ser resolvida com mudanças nos cursos de formação dos profissionais dessas áreas. Por que não são realizados produtos audiovisuais em cursos de formação de professores? Por que não são oferecidos aos que desejam ser pedagogos e/ou professores fundamentos teórico/práticos de mídia e de tecnologia da informação? Por que, na contraface, não são oferecidos fundamentos de educação aos futuros comunicadores? Por que estes profissionais não têm acesso, em seus cursos regulares, às bases teóricas que norteiam a atividade pedagógica?

No Brasil, a Escola de Comunicação e Artes da USP foi pioneira na flexibilização das fronteiras entre essas duas áreas e criou um curso que articula conhecimentos de ambas: educomunicação. Mas, pode-se avançar, também, de outros modos. A troca de informações, a inclusão de disciplinas de uma área na grade curricular de outra e uma mudança de postura com relação às tentativas (ineficazes, diga-se de passagem) de manutenção do monopólio de determinados saberes já seriam passos interessantes a serem dados para a consolidação de parcerias na pesquisas, no ensino e na prática profissional dos dois campos.

A inclusão de profissionais de ambas as áreas nos distintos espaços de atuação dessas duas categorias profissionais também poderia gerar bons frutos. Podemos ter equipes multidisciplinares nas escolas, articulando profissionais de diferentes áreas em núcleos destinados ao uso e à produção de artefatos audiovisuais. Podemos ter profissionais de educação nas emissoras de tevê e produtoras independentes (e não apenas nas que se autodefinem como educativas).

Podemos juntar educadores e comunicadores (ou educomunicadores) nas rádios e tevês comunitárias, universitárias, estudantis e assim por diante. Podemos fazer e ensinar a fazer.

A Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, uma iniciativa de órgãos governamentais (o comitê Brasil é coordenado pela Multirio, empresa de multimídia vinculada à Prefeitura do Rio de Janeiro) e de organizações não governamentais, tem tornado possíveis encontros anuais de trabalho entre os diferentes setores que pensam, fazem e consomem produtos de mídia em todo o mundo. Com críticas duras à baixa qualidade desses produtos e à proliferação de imagens de violência, principalmente na televisão, os encontros mundiais vêm acentuando a necessidade de diálogo permanente entre esses setores e, ao que tudo indica, com resultados interessantes.

A 4ª Cúpula, que se realizará na cidade do Rio de Janeiro em abril de 2004, se propõe a colocar em pauta as diferenças, as críticas, os questionamentos e as contribuições de produtores e educadores, militantes, pesquisadores etc. em torno dos modos de ver e de fazer mídia para crianças e adolescentes. O tema desse encontro — Mídia de todos para todos — sugere que o sectarismo, a segmentação de conhecimentos, as posturas arrogantes e as tentativas de monopólio de saberes, técnicas, recursos e informações precisam ser abandonadas para que aqueles que não têm possam passar a ter acesso aos meios de comunicação de massa, não mais como consumidores apenas, mas, acima de tudo, como produtores. Nesse contexto, a distinção entre quem domina (ou detém) os conteúdos e técnicas pedagógicas e quem domina (ou detém) os conteúdos e técnicas de produção de mídia é, no mínimo, anacrônica.

Rosalia Duarte
rosalia@email.iis.com.br